

RECURSO ESPECIAL Nº 1.717.540 - PR (2018/0001164-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : M C DE A (PRESO)
ADVOGADO : MARCOS VINICIUS TOMBINI MUNARO - DEFENSOR DATIVO
- PR057459
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto em desfavor de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado à pena definitiva de 08 (oito) anos e 01 (um) mês de reclusão, após a aplicação da regra do concurso formal e em observância ao quanto preceituado no parágrafo único do art. 70 do Código Penal; restou-lhe fixado o regime fechado como o inicial para o cumprimento de pena, conforme art. 33, § 2º, "a", do Código Penal.

Irresignada a parte e interposto recurso de apelação, inclusive quanto à necessidade de majoração de honorários, restou este desprovido por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 537):

APELAÇÃO CRIME - ROUBO MAJORADO (ARTS. 157, § 2º, I E II, C/C ART. 61. II. "H". TODOS DO CP) EM CONCURSO FORMAL COM O DELITO DE CORRUPÇÃO DE MEMORES (AR I. 244-II. DO ECA) - INSURGÊNCIA DF. APENAS UM DOS RÉUS - CORRUPÇÃO DE MENORES - PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - DELITO DE NATUREZA FORMAL - DESNECESSIDADE DE PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO - EXEGESE DA SÚMULA 500 DO STJ -CARACTERIZAÇÃO COM A SIMPLES PARTICIPAÇÃO DO MENOR NO DELITO - DEFENSOR DATIVO - NOMEAÇÃO APENAS PARA APRESENTAÇÃO DAS RAZOES DO APELO - HONORÁRIOS JÁ FIXADOS PELO JUÍZO DF. ORIGEM - ARBITRAMENTO ADEQUADO AO CASO DOS AUTOS - MAJORAÇÃO INDEVIDA - NÃO VINCULAÇÃO À TABELA DA OAB/PR. RECURSO NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (e-STJ, fls. 577), nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PENAL E PROCESSO PENAL. - HONORÁRIOS DF. DEFENSOR DATIVO - NOMEAÇÃO APENAS PARA APRESENTAÇÃO DE RAZÕES DE APELAÇÃO - HONORÁRIOS FIXADOS PELO JUÍZO DE ORIGEM - ARBITRAMENTO ADEQUADO AO CASO DOS AUTOS - MAJORAÇÃO INDEVIDA - NÃO VINCULAÇÃO À TABELA 1)A OAB/PR - AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS CONTIDOS NO ART. 619 IX) CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - BUSCA DE EFEITO INFRINGENTE - PRETENSÃO REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - HONORÁRIOS RECURSAIS - NÃO CABIMENTO NO CASO. EMBARGOS REJEITADOS.

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega que o acórdão proferido, ao deixar de arbitrar valor mínimo de honorários previstos na tabela da Seccional da OAB do Estado, violou o art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.906/94.

Requer que sejam arbitrados novos honorários advocatícios ao defensor dativo em conformidade com a tabela de honorários da Seccional de Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil.

Contrarrazões às fls. 749/753.

Admitido o recurso (fls. 755/758), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial pugnando pelo provimento do recurso especial nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 778):

RECURSO ESPECIAL DEFENSOR DATIVO QUE FORA NOMEADO PELA AUTORIDADE JUDICIAL. PEDIDO DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONFORME TABELA OAB/PR. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL

É o relatório. Decido.

Discute-se nestes autos à tese da obrigatoriedade ou não de serem observados, em feitos criminais, os valores estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados a título de verba advocatícia

Superior Tribunal de Justiça

devida a advogados dativos.

Sobre o tema, a Terceira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1656322/SC e REsp 1665033/SC, Tema n. 984, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, afetado em 22/11/2017, decidiu sobrestar o julgamento dos processos que versem sobre essa questão até decisão definitiva desta Corte.

Ocorre que, na data de 23/10/2019, foram julgados os Recursos Repetitivos referentes ao tema em questão, em que se fixou a tese de que *"as tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado."* (REsp 1656322/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 04/11/2019)

Assim, nos termos do entendimento acima esposado, nada há a ser alterado no acórdão recorrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea "a", do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator